

A IMPLEMENTAÇÃO DA REDE CARIOCA DE PONTOS DE CULTURA: UM MOVIMENTO DE DESCENTRALIZAÇÃO E DE RECONHECIMENTO DO TERRITÓRIO

Guilherme Lopes¹
Lia Baron²
Mariana Darsie³
Marina Ferraz⁴
Natália Lackeski⁵
Sofia Barreto⁶

RESUMO: Este texto se apresenta como um relato da elaboração e realização do edital da Rede Carioca de Pontos de Cultura, gerida pela Secretaria Municipal de Cultura, assim como um instantâneo da fase inicial de composição da Rede. Ele é apresentado pela equipe a quem cabe implementar e acompanhar as instituições e projetos selecionados em edital. Pretende-se, a partir da publicação destas informações, fortalecer canais de diálogo com relação ao Programa Cultura Viva no município do Rio de Janeiro e, na mesma medida, propor uma análise crítica que nos auxilie a visualizar os limites, lacunas e possíveis apontamentos para o Programa e para o próprio campo das políticas culturais.

PALAVRAS-CHAVE: Cultura Viva; Políticas Culturais; Rio de Janeiro; Território; Cultura e Cidadania

Introdução

Na cidade do Rio de Janeiro existem hoje 169⁷ Pontos de Cultura: 48 foram reconhecidos pelo MinC, 71 pelo Governo do Estado e 50 acabam de ser selecionados em

¹ Graduando em Produção Cultural (UFF), foi bolsista de iniciação científica no setor de Políticas Culturais da Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB/MinC). Atua na Coordenadoria de Cultura e Cidadania, na Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. e-mail: guilhermelopes@id.uff.br

² Gestora, produtora e pesquisadora. Doutoranda em Literatura, Cultura e Contemporaneidade (Puc-Rio), mestre pelo programa Crossways in European Humanities (União Europeia) e bacharel em Comunicação Social (UFF). Atua na Coordenadoria de Cultura e Cidadania da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. e-mail: liabaron@gmail.com.

³ Produtora, graduanda em Produção Cultural (UFF), atuou na formulação do edital da Rede Carioca de Pontos de Cultura e atualmente compõe a equipe da Coordenadoria de Fomento da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. E-mail: marianadarsie@gmail.com

⁴ Graduanda em Produção Cultural (UFF). Atua na Coordenadoria de Cultura e Cidadania na Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro. e-mail: marina.ferraz@gmail.com

⁵ Produtora, graduanda em Produção Cultural (UFF), atuou na implementação e execução do programa Rio Criativo da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e atualmente compõe a equipe da Coordenadoria de Cultura e Cidadania - PCRJ/SMC na gestão da Rede Carioca de Pontos de Cultura. E-mail: nlackeski.culturario@gmail.com

⁶ Graduanda em Serviço Social (UERJ), foi estagiária no Projeto Políticas Públicas de Saúde, também na UERJ. Atualmente compõe a Coordenadoria de Cultura e Cidadania, na Secretaria Municipal de Cultura. e-mail: softbarreto@gmail.com

⁷ Cabe salientar que esta contagem diz respeito os projetos selecionados como Pontos de Cultura conveniados pelo MinC ou pelo Governo do Estado do RJ - ainda que seus convênios já tenham expirado, eles permanecem sendo reconhecidos pelo Ministério como Pontos de Cultura. O total inclui também projetos refinanciados, isto é, apoiados mais de uma vez em diferentes editais.

âmbito municipal⁸. Iniciativas culturais de dimensão comunitária, desenvolvidas por instituições da sociedade civil, os Pontos de Cultura são aprovados em processos de seleção pública, que lhes permitem estabelecer convênios com o estado. O vínculo garante apoio financeiro (desembolsado em três parcelas de R\$ 60 mil, ao longo de três anos⁹) e colabora para que os projetos possam se articular em rede.

Os Pontos de Cultura são as ações estruturantes do Programa Cultura Viva, desenvolvido pelo Ministério da Cultura (MinC) desde o ano de 2004. Concebido em torno dos princípios da autonomia, do protagonismo e do empoderamento, o Cultura Viva contribuiu de forma decisiva para consolidar os temas da cidadania, da democracia e da diversidade cultural como eixos de formulação e implementação de políticas públicas no Brasil.

Lançado no dia 17 de setembro de 2013, o edital da Rede Carioca de Pontos de Cultura estava previsto em acordo firmado em fins de 2009 entre a Prefeitura e o MinC, como parte de um movimento de descentralização do Programa – antes executado em sua integralidade pelo Governo Federal, agora as redes de Pontos passaram a ser estabelecidas e geridas localmente, por Estados e Municípios com os quais o Ministério estabelece convênios. Em função de uma série de entraves burocráticos, a parcela de recursos que cabia à União só pôde ser transferida para o fundo comum de financiamento da Rede em meados de 2012. No ano seguinte, a criação da Rede Carioca passou a figurar entre as metas de gestão da Secretaria Municipal de Cultura. Após uma defasagem temporal de pelo menos três anos, a chamada de seleção foi finalmente publicada.

Este texto é assinado pela equipe a quem cabe implementar a Rede Carioca e acompanhar o desenvolvimento dos projetos que dela participam, tendo sido finalizado poucos meses após o cumprimento do processo seletivo. Ele se apresenta como um relato da elaboração e da realização do edital, assim como um instantâneo da fase inicial de composição da rede. Trata-se de uma visão de quem participa do processo por dentro de seus meandros institucionais e deseja ampliar o alcance de divulgação a respeito dos métodos formais e balizas conceituais que o constituem. Nesse sentido, deve funcionar como instrumento de afastamento do “efeito caixa preta” que costumeiramente permite a clausura de dados e estratégias referentes aos atos de governo e de estado. Espera-se, assim, que a

⁸ Com relação à Rede Carioca, os Pontos foram selecionados, sendo reconhecidos a partir do referido processo seletivo, porém nem todos foram conveniados no momento em que o texto foi concluído.

⁹ Este é o modelo de fomento adotado pela Rede Carioca, mas já houve outros na fase inicial do Programa, assim como há a tendência de se adotarem formatos modernizados, com tempo de duração dos convênios reduzido e parcelas financeiras maiores.

consolidação das informações e acontecimentos em texto contribua para fortalecer canais de diálogo com relação ao estabelecimento do Cultura Viva no Rio e, na mesma medida, viabilize um movimento analítico, auxiliando-nos a visualizar os limites e lacunas de uma ação em que investimos, diariamente, um alto grau de energia de trabalho e de afeto.

Entendendo as políticas culturais como “o conjunto de intervenções práticas e discursivas no campo da cultura” (BARBALHO, 2008: p. 21) buscamos articular em nossa trajetória de implantação da Rede Carioca de Pontos de Cultura ações que promovessem espaços de escuta dos agentes culturais da cidade. Apontando para um estreitamento nas relações entre sociedade civil e Estado, compreendemos que nosso trabalho é de mediação, buscando intervir discursiva e praticamente nos mecanismos de fomento à cultura e promoção da cidadania cultural, de modo a ampliá-los e aprofundar o processo democrático. Temos clareza, também, do desafio que se apresenta e das limitações inerentes à ação do gestor público no campo da Cultura.

Como se vê, o espírito que conduziu a escritura deste ensaio não é o do distanciamento fundante de alguns produtos acadêmicos, mas nem por isso pretende-se abrir mão de que o texto seja conduzido por uma finalidade crítica. É a partir de nossa própria implicação nos eventos que construímos esta narrativa, sem pretender neutralizar o caráter complexo que constitui o lugar a partir do qual falamos.

Um ponto no território

Quando surgiu no panorama das políticas culturais brasileiras, o Cultura Viva apresentou-se como um inovador e potente instrumento de democratização: tratava-se não apenas de favorecer o contato com bens e produtos de natureza cultural, mas sobretudo (e isso constitui a sua grande novidade) de garantir à população atendida o acesso aos meios e procedimentos que permitem o fazer cultural. Tais fazeres são entendidos como derivados de fluxos presentes no cotidiano, sem ser necessariamente reconhecidos como aptidões criativas e artísticas exclusivas de determinados grupos. Ao tratar o cidadão não apenas como consumidor cultural de direito, mas principalmente como produtor cultural de direito – o que se favoreceu por entender-se o fazer cultural como processo –, o Cultura Viva operou uma inversão no discurso e nas práticas de democratização da cultura no Brasil. Segundo Célio Turino, ex-secretário da Cidadania Cultura do Ministério da Cultura, os Pontos de Cultura, principal ação do programa, são

(...) um conceito de política pública. São organizações culturais da sociedade que ganham força e reconhecimento institucional ao

estabelecer uma parceria, um pacto, com o Estado. Aqui há uma sutil distinção: o Ponto de Cultura não pode ser para as pessoas, mas sim das pessoas; um organizador da cultura no nível local, atuando como um ponto de recepção e irradiação de cultura. Como um elo na articulação em rede, o Ponto de Cultura não é um equipamento cultural do governo nem um serviço. Seu foco não está na carência, na ausência de bens e serviços, e sim na potência, na capacidade de agir de pessoas e grupos. (TURINO, 2009. p. 64).

No Rio de Janeiro, assim como na maioria das metrópoles mundiais, a urgência da democratização assim entendida cruza-se com a exigência de descentralização dos canais acesso à cultura. Uma vez que se voltaram para a questão cultural tendo por base o consumo, as ações do estado e do mercado cariocas resultaram em uma grave concentração de equipamentos e dispositivos no Centro e na Zona Sul da cidade, onde o capital circula e “retrocircula”, pondo em marcha um movimento que à vista mais superficial não parece permitir linha de fuga. À centralidade do poder e do acesso corresponde uma circunscrição geográfica em que a cultura aparece como bem ou serviço disponível de maneira quase exclusiva.

Enquanto isso, na Zona Norte, na Zona Oeste e nas favelas cariocas, cuja população é instada a se deslocar até o núcleo central para acessar a produção ofertada, pulsam processos vivos e heterogêneos que, apesar de concorrerem para a construção do retrato do carioca como um povo diverso culturalmente, não costumam ser reconhecidos pelo circuito cultural institucional, sendo raramente tomados como objeto de políticas públicas e constando de maneira esparsa na programação de centros culturais ou nas listas de patrocínio da iniciativa privada.

Na paisagem cultural do Rio de Janeiro, a cultura periférica tende a aparecer como expressão estereotipada, componente originário de um folclore urbano, nem por isso menos explorada em seu poder representacional, mas quase sempre mantida como periférica. Constrói-se a figura de tais impulsos culturais como oriundos de um manancial de pobreza de onde o carioca extrai expressão, sem que se permita a essa mesma figura construída uma potência imagética capaz redistribuir regimes de visibilidade, de reconhecimento e de valores. De uma só vez, neutralizam-se os canais de legitimação dos arranjos culturais oriundos de territórios periféricos e forja-se uma imagem da cultura periférica destituída de potência política.

O arcabouço conceitual e programático do Programa Cultura Viva, fundado no reconhecimento democrático do potencial produtivo e na diversidade expressiva da produção cultural, convida-nos a rever essa distribuição de centralidades que se marcou de forma tão

gritante na cidade. Quando iniciado o processo de elaboração do edital, estabelecemos uma parceria com o Instituto Pereira Passos, com o intuito de entender de que maneira os 119 Pontos de Cultura já estabelecidos no Rio distribuía-se pelo espaço municipal.

O IPP retornou-nos com um mapa, construído a partir de dados fornecidos pelo MinC e pela Secretaria de Estado de Cultura do Rio, em que se pode visualizar claramente o reflexo da concentração a que nos referimos acima: daquele total de Pontos de Cultura, 46 estavam sediados no Centro e 37 na Zona Sul (as regiões mais ricas e mais institucionalizadas do município), enquanto 24 estavam na Zona Norte (a região mais povoada da cidade, isto é, de maior densidade demográfica) e 12 na Zona Oeste (a região mais populosa, mas também a mais extensa). Além do mapa, o IPP desenvolveu um estudo matemático minucioso, que cruzava a ocorrência de Pontos de Cultura já existentes com os dados populacionais de cada bairro do Rio, o que lhe permitiu chegar a um coeficiente médio e a uma situação que poderia ser tida como “ideal” para cada recorte territorial em análise. Ele nos indicou então quantos Pontos deveriam ser reconhecidos em cada bairro para que se alcançasse aquele padrão, assim como apontou para o número de Pontos de Cultura “excedentes” em outros territórios.

Tínhamos em mãos um material inédito e consistente para o desenvolvimento de uma medida com fins reparatórios. Com a ajuda interpretativa do IPP, entendíamos que, no entanto, aqueles dados funcionavam como indicativos ou como um norte de ação, mas não poderiam ser lidos de forma literal, pois estavam fundamentados na ocorrência de Pontos de Cultura na cidade - ocorrência essa que, em termos numerais, é fruto de editais anteriores, que não reservavam cota para o reconhecimento de Pontos no município do Rio, tampouco critérios de distribuição territorial em escala municipal.

A se pautar pela matemática da reparação, teríamos, por exemplo, que treze Pontos de Cultura deveriam ser reconhecidos em Campo Grande, mas não há notícia sobre a existência de treze projetos daquele bairro que se enquadrem no perfil e nas rígidas exigências jurídicas pressupostos no edital. Teríamos ainda que 29 Pontos de Cultura deveriam ser excluídos do Centro - como se isso fosse possível ou desejável. Desconsiderando-se irreais possibilidades de exclusão ou remanejamento, para promover uma situação igualitária seria preciso reconhecer mais 183 novos Pontos de Cultura no Rio, enquanto o convênio da Prefeitura com o MinC previa uma rede de 50 projetos.

Ao passo que avaliávamos o resultado do estudo, iniciamos uma série de consultas com o Fórum dos Pontos de Cultura do Rio de Janeiro. Indicamos o desejo de considerar a questão territorial como fundamento e critério constituinte do processo seletivo, dando maiores oportunidades para projetos de zonas e bairros em que o Cultura Viva se fazia

ausente, ou mesmo se fazia presente de maneira tímida. O Fórum concordou com essa orientação de trabalho, fazendo pelo menos duas valiosas ressalvas: 1) as favelas configuram-se como áreas periféricas (estão na periferia do poder e do acesso econômico), mesmo que muitas tenham sido formadas na região central da cidade e na Zona Sul, em bairros abastados ou mesmo com alta ocorrência de Pontos; 2) alguns projetos assumem caráter itinerante, atuando ao mesmo tempo em variados territórios do Rio de Janeiro, periféricos e não periféricos. Uma vez que entendíamos as favelas como focos de atuação do Programa e os projetos itinerantes como fundamentais para o estímulo dos fluxos urbanos e dos trânsitos culturais, colocava-se o desafio de estabelecer um critério de distribuição territorial que não excluísse nem minimizasse as chances de projetos com esse caráter serem selecionados.

Com receio de que o critério duro “engessasse” o edital ou fizesse dele um instrumento de exclusão – e uma vez que não dispúnhamos de dados objetivos a respeito da real demanda –, preferimos, por fim, descartar o estabelecimento de cotas territoriais mínimas ou máximas por bairros ou mesmo por Regiões Administrativas (RA’s). Optamos por trabalhar com categorias mais vastas territorialmente, as Áreas de Planejamento (AP’s), que nos termos da Prefeitura correspondem àquilo que cotidianamente chamamos de Zonas. As aglutinamos em dois blocos: o primeiro unia a Zona Norte e a Zona Oeste, entendidas agora como uma “área prioritária” (o que nos fez assumir todas as implicações que o uso da palavra “prioridade” apresenta, em termos de políticas públicas democratizantes), enquanto o segundo alinhava Zona Sul e Centro, tidos como “áreas não prioritárias”, dada a quantidade de Pontos já existentes.

Foi acordado então que pelo menos 60% dos projetos aprovados realizassem atividades na área prioritária, isto é: no mínimo 30 dos 50 propostas selecionadas deviam se comprometer em atuar nas Zonas Norte e/ou Oeste. Os proponentes deveriam comprovar que há pelo menos três anos desenvolviam ações naqueles mesmos territórios (o que apontaria para a existência de vínculos com as comunidades locais); por outro lado, o endereço de sede das instituições não foi tomado como parâmetro para o enquadramento territorial da proposta – reflexo de uma vontade de valorização de atuação prática, em detrimento do componente jurídico dos projetos em questão.

A imagem de um estado rodante

Desde que foi estabelecido e oficializado o critério de distribuição territorial dos Pontos da Rede Carioca, fez-se necessário um esforço de divulgação diferenciado, garantindo que os agentes culturais oriundos dos territórios prioritários tivessem conhecimento do edital

e se sentissem preparados a participar do processo seletivo. O sucesso do preenchimento da cota mínima era fundamental não apenas para a descentralização do Programa, em termos pragmáticos, como também para a sustentação institucional do argumento de defesa do movimento centrífugo: uma vez inscritos projetos executados em regiões tradicionalmente desassistidas do investimento do estado, se poderia constatar a existência de demanda de fomento naquelas áreas, o que permitiria pautar com mais propriedade o problema da territorialidade entre as ações de cidadania cultural desenvolvidas em âmbito municipal. Foi em busca desses projetos que a Caravana Viva começou a rodar.

Chamamos Caravana Viva o ciclo itinerante que reuniu agentes culturais de todo o município, com foco nas Zonas Norte e Oeste, informando sobre o edital e fornecendo esclarecimentos para que os proponentes elaborassem seus projetos em texto, compusessem seus planos de trabalho e providenciassem a documentação necessária para a inscrição. Contando com o apoio do Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), a Caravana levava consigo seis laptops, sobretudo para que as pessoas que não têm acesso ao meio digital pudessem articular suas propostas na hora. Ao todo, foram realizados 23 encontros, em 20 bairros e nas 5 Áreas de Planejamento, mobilizando em torno de 250 pessoas que trabalham com projetos socioculturais no Rio - além de outros encontros menores, assim como atendimentos individuais presenciais, por telefone e meios virtuais, como e-mail e redes sociais.

Inicialmente, havia-se aventado a possibilidade de abertura de licitação ou estabelecimento de convênio para que uma instituição ou um fornecedor especializado na capacitação de agentes culturais cumprisse o ciclo, hipótese que se tornou inviável face aos prazos exíguos. Chegou-se, por fim, a uma alternativa mais interessante como experiência de gestão. O Cultura Viva parte do princípio da gestão compartilhada entre estado e sociedade, o que não pressupõe necessariamente o apagamento ou o esmorecimento da presença do estado, mas certamente uma problematização de suas funções e um questionamento da autorreferencialidade muitas vezes implicada em seu posicionamento. Implícita no fundamento do Programa está a figura de um estado que rescinde da posição autoritária, sem no entanto abrir mão de sua função organizadora ou mediadora. Nas palavras de TURINO (2009), trata-se de um estado que dispõe, mais do que de um estado que impõe: uma instância de gestão com contornos definidos, mas com poros abertos para os fluxos sociais que a tornam possível.

Enquanto a Caravana Viva era planejada, nas ruas do Rio pedia-se um estado mais poroso ou mais dialógico. De acordo com a observação de MIGLIORIN (2013), “o que as

manifestações – com todas as formas de vida que ela traz e mobiliza – tem feito não é propor uma democracia direta, mas inventado formas inéditas de permear o poder com as ruas”. Sobretudo por se tratar desse contexto, pareceu-nos produtivo que nós mesmos, no lugar provisório de funcionários do estado – e com a decisiva colaboração do ativista Reinaldo Sant’anna –, rodássemos a cidade ao encontro de possíveis proponentes. Entendíamos que a um processo de implementação descentralizada da Rede Carioca na cidade poderia coincidir, desde o início, um movimento de descentramento de seu núcleo gerencial: gostaríamos, com a Caravana Viva, de colaborar para promoção de um deslocamento da gestão na direção de uma cidade extensa, que vivia um momento de particular pulsação.¹⁰

O propósito era de que o movimento engendrasse um efeito simbólico, contribuindo para deslocar a imagem do estado como instância imóvel, autocentrada, concentrador de demandas a que raramente é capaz de atender, e investindo, por outro lado, na construção da figura de um estado móvel, rodante, aberto para o que lhe é externo e ativo na medida daquilo que lhe cabe, isto é: aquém do autoritarismo ou da imposição.

Em termos pragmáticos, a Caravana Viva cumpriu o objetivo de divulgar e fornecer apoio para inscrição no edital, mas também contribuiu de forma decisiva para que pudéssemos operar uma pesquisa de campo com relação à demanda, ao perfil dos proponentes, às especificidades dos trabalhos de base comunitária e territorial no Rio de Janeiro. Ela foi fundamental, ademais, para que se pudesse instaurar uma “cultura de rua” como um dos motores do trabalho da Coordenadoria. Na mesma medida em que divulgávamos aquele processo seletivo, conhecíamos a cidade com maior propriedade, procurávamos mapear os circuitos culturais das regiões por onde passávamos e desenvolver um exercício de escuta para a futura formulação de ações no campo da cidadania cultural – uma escuta que não é “terceirizável”, dependendo do engajamento direto das partes envolvidas.

A Caravana Viva não partiu de um roteiro previamente definido, tendo seu itinerário construído de maneira participativa, a partir de uma chamada lançada na página de Facebook da Rede Carioca. Convidamos os possíveis interessados a nos enviarem mensagens privadas (*inbox*) solicitando a parada da Caravana. O texto era acompanhado da imagem frontal de um micro-ônibus colorido que carregava uma grande trouxa em seu topo, o garantia

¹⁰ Tivemos como referência outras ações governamentais que, de maneira semelhante, mobilizaram circuitos itinerantes para a formulação ou a divulgação de políticas e ações, tais como: as caravanas empreendidas pela SEC-RJ para a composição e a divulgação dos Editais do Funk e de Lan House; as Caravanas da Cidadania Cultural, empreendidas pela SCC/MinC; as oficinas do Ministério e de suas Representações Regionais para a capacitação de proponentes; a experiência do Gabinete Digital, no Governo do Estado do Rio Grande do Sul etc.

um tom quase “mambembe” à postagem e colaborava para distanciá-la de uma conotação excessivamente institucional. Como resposta às solicitações de parada, pedíamos que se comprometessem em articular o maior número possível de agentes culturais locais, para então confirmarmos e divulgarmos a reunião. Os usuários do Facebook que curtiram a página da Rede podiam assim acompanhar o movimento de formação do caminho a ser percorrido.

Não seria exagero afirmar que o movimento de circulação, cujo roteiro foi construído “sob demanda”, contribuiu para a consolidação de uma relação mais empática entre o quadro gestor e os possíveis beneficiados pelo edital. Tal sensação foi reforçada pelo fato de que, paralelamente à Caravana Viva, circulava na web um vídeo de divulgação, produzido de maneira doméstica e encenado por dois componentes do quadro da Coordenadoria, Guilherme Lopes e Natália Lackeski. A adesão a uma estética quase amadora e a exposição dos rostos da equipe na tela não pretendia favorecer um recurso de excessiva personalização na implementação da política, mas procurava estabelecer um clima de “humanização” e de reconhecimento na relação entre o quadro de governo e a sociedade civil. Os dois técnicos que convidavam à inscrição eram os mesmos que respondiam às chamadas de dúvidas sobre o preenchimento dos formulários e que posteriormente se ocupariam das questões administrativas de composição da Rede Carioca, assim como do acompanhamento dos projetos selecionados. Desde a fase de inscrições, os proponentes acostumaram-se com as suas figuras, chamando-os pelos nomes e cultivando uma relação de cordialidade. Procurávamos, assim, esquivar-nos do lugar frio, impessoal e desvinculante da burocracia, assumindo que aquele trabalho partia de uma relação interessada e de engajamento afetivo, mesmo que a estratégia audiovisual representasse o risco de uma excessiva exposição pessoal.

Arriscaríamos dizer que o movimento de divulgação do edital procurou incorporar a lógica vinculante pressuposta na formação de redes. As reuniões da Caravana ofereciam-se como um momento para que projetos vizinhos se conhecessem, para que se estabelecessem parcerias entre iniciativas complementares ou com perfis similares, ou mesmo para que se engendassem arranjos que viabilizassem juridicamente as inscrições: projetos desprovidos de estrutura formal associavam-se a grupos mais institucionalizados, que poderiam concorrer como proponentes no edital (tratava-se de forjar “gambiarras burocráticas” para que fosse possível contornar o alto grau de institucionalidade requerido para inscrição). A partir de um contato direto entre os representantes dos projetos, e também a partir de uma aproximação personalizada entre os proponentes e a instância de gestão, era como se a formação da Rede e se antecipasse, tecendo-se já no processo de divulgação do edital.

Descentralizar também é chegar à rua

A efetividade do trabalho da Caravana pôde ser avaliada no encerramento do período de inscrições, quando se constatou que, dos 103 projetos submetidos, 59 propunham atividades nas Zonas Norte e ou Oeste, um percentual de 60%, que corresponde com exatidão à cota territorial definida. De maneira similar, no processo de seleção, dos 50 projetos mais bem pontuados, 27 atuavam nas áreas prioritárias, sendo necessário operar um remanejamento na colocação de apenas três iniciativas para que se cumprisse o quantitativo de 30, previsto em edital. Isso aponta não apenas para a existência de demanda de fomento naquelas regiões, como para a qualificação dos projetos oriundos daqueles territórios.

Hoje, a Rede Carioca de Pontos de Cultura está presente em 39 bairros da cidade, incluindo Pontos que desenvolvem trabalhos fixos em determinados locais, bem como iniciativas de caráter itinerante. Ela estende-se assim de forma equilibrada por todas as Áreas de Planejamento: enquanto 14 instituições atuam na Região Central e 10 na Zona Sul e Grande Tijuca (APs 1 e 2), 12 atuam na Zona Norte e 17 na Zona Oeste da cidade (APs 3, 4 e 5).¹¹

Apesar de ter sido instrumento para implementação de uma rede descentralizada e de ter contribuído para pautar a questão da territorialidade entre as políticas municipais de cultura, o edital da Rede Carioca apresentou um número razoavelmente baixo de inscritos (pouco mais do que uma centena) a se comparar, por exemplo, com o edital da Rede Estadual de Pontos de Cultura¹² ou com os editais abertos através do Programa de Fomento à Cultura Carioca da SMC¹³. Observamos que diversos projetos que participaram da Caravana ou que foram atingidos por outros meios de divulgação não puderam se inscrever por não atingirem o nível de institucionalidade exigido no processo seletivo.

Esta barreira diz respeito a um paradoxo que se instala na base do Programa Cultura Viva: se, por um lado, ele representou uma grande alteração no panorama das políticas públicas ao reconhecer o fazer cultural em seu aspecto pulsante, vivo, praticado como processo e fluxo, por outro, requer que as iniciativas apresentem estrutura jurídica e administrativa formalizada, rígida, confiável e durável para que estabeleçam vínculos formais com o estado. Uma vez que no município do Rio 169 Pontos de Cultura foram reconhecidos por meio de editais, consideramos a hipótese de o Programa ter chegado próximo a um teto no

¹¹ Dados referentes ao final do mês de março. Importante ressaltar que estes dados incluem Pontos de Cultura que atuam em mais de um bairro ou região da cidade.

¹² O total de inscritos no edital da Rede Estadual de Pontos de Cultura foi de 715, sendo 347 localizados na cidade do Rio de Janeiro.

¹³ A média de inscritos por linha de ação no Programa de Fomento à Cultura Carioca foi de aproximadamente 230, no ano de 2013

quantitativo de instituições possivelmente atingidas ou que possam ser firmados convênios: aquelas sem fins lucrativos, que trabalhem com projetos culturais de base comunitária, constituídas há mais de três anos, idôneas e adimplentes com relação aos tributos federais, estaduais e municipais¹⁴.

Levantar a possibilidade de que nos tenhamos defrontado com o limite de um campo institucionalizado não significa considerar que este limite se reflita em um campo cultural potencial: pelo contrário, o que se tem visto no Rio de Janeiro é uma proliferação de iniciativas engendradas por arranjos de viés comunitário, baseadas em processos democratização dos meios de produção de cultura e informação, muitas delas operando transformações significativas na cidade e nos territórios que a constituem.

Na II Conferência Municipal de Cultura, antes mesmo que o edital da Rede Carioca fosse lançado, a plenária pedia o apoio do estado a mais dois mil Pontos de Cultura na cidade do Rio de Janeiro. A se tomar pelo alto padrão de institucionalidade atualmente requerido para o reconhecimento de um Ponto, padrão esse que foi rebatido sobre o pequeno quantitativo de inscrições recebidas no edital da Rede Carioca, conclui-se que chegar a este número seria um empreendimento de possibilidade remota.

Entretanto, a demanda está longe de apresentar-se como vazia. Procuramos escutá-la como o pedido de implementação ou de ampliação de ações que, a exemplo do Cultura Viva, sejam capazes de fomentar iniciativas comunitárias, promovendo a cultura através da cidadania e a cidadania através da cultura. Para que se chegue à escala demandada, seria preciso viabilizar instrumentos capazes de alcançar instituições com baixo nível de formalidade, arranjos grupais informais, agentes individuais. Trata-se não apenas aperfeiçoar mecanismos dialogais e simbólicos que promovam a abertura do estado na direção da cidade, mas de inventar estruturas formais e administrativas que permitam à instância de gestão uma proximidade efetiva com os fluxos culturais que atravessam e constituem as ruas. Ao lado da descentralização territorial, um descentramento da questão institucional apresenta-se como passo fundamental para a criação de um trabalho de cidadania cultural em âmbito municipal. A possibilidade de realização desse trabalho nos faz mais uma vez recair na urgência da criação de um marco regulatório para o fomento à área da cultura. Ao mesmo tempo, incentiva-nos a provocar as estruturas municipais no sentido de criar jurisprudência local e reforçar a pressão para o desenvolvimento de um marco mais abrangente.

Uma das questões mais manifestas em *Caosmose*, livro de Félix Guattari, é a

¹⁴ Como não há um cadastro nem um registro de instituições dessa natureza, não se pode comprovar a hipótese, lançada a partir de uma dificuldade empírica de se localizar possíveis proponentes.

consideração de que os espaços físicos estão em relação de implicação recíproca com a formação de territórios existenciais: “a cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor... modelizam, cada um por sua parte e em composições globais, focos de subjetivação” (Guattari, 1992, p. 14). No início dos anos 90, o autor anunciava que “a redefinição da relações entre o espaço construído, os territórios existenciais da humanidade (...) tornar-se-á uma das principais questões da repolarização política”. Essa inflexão, que se põe há algumas décadas e de maneira cada vez mais premente, traz uma responsabilidade ética ao ofício de arquitetos e urbanistas, mas também ao trabalho de gestores públicos e de agentes da sociedade civil que desenvolvem iniciativas culturais no âmbito do território, inventando espaços físicos, modelando novos corpos e, ao mesmo tempo, criando formas de estar no mundo.

Com as recentes transformações no desenho urbano do Rio de Janeiro, o que está em disputa não é apenas a forma-cidade que será o seu resultado, mas as relativas constituições subjetivas e culturais dos cariocas, que se podem revelar como mais massivas e totalizantes ou mais singulares e democratizantes. Atravessamos assim um momento crucial para o reforço de políticas que reconheçam a diversidade das intensidades territoriais produtivas, investindo na democracia e na cidadania através da cultura.

Bibliografia:

BARBALHO, Alexandre. **Textos Nômades. Política, Cultura e Mídia.** Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede - a era da informação: economia, sociedade e cultura, volume I.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAVA, Bruno. **A Multidão vai ao Deserto: as manifestações no Brasil em 2013 (jun-out).** São Paulo: Annablume, 2013.

COSTA, Eliane. **Jangada Digital: Gilberto Gil e as políticas públicas para a Cultura das redes.** Beco do Azougue, 2011.

GIL, Gilberto. **Discurso do Ministro Gilberto Gil na solenidade de transmissão do cargo.** Brasília, 02 jan. 2003. Disponível em: http://gilbertogil.com.br/sec_texto.php?id=3&page=2 Acesso em 09 mar. 2014

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético.** São Paulo: Editora 34, 1992.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

LEMOS, Ronaldo; FERRAZ, Joana Varon. **Pontos de Cultura e Lan houses: Estruturas para inovação na base da pirâmide social.** Rio de Janeiro: Direto FGV, 2011.

MIGLIORIN, Cezar Avila. **Habitar a prática.** Pólis + Arte. 25 nov. 2013. Disponível em <http://a8000.blogspot.com.br/2013/11/habitar-pratica.html> Acesso em: 09 mar. 2014.

ROCHA, Adair. **Cidade cerzida: a costura da cidadania no morro Santa Marta.** Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SAVAZONI, Rodrigo. **A Onda Rosa-Choque: reflexões sobre redes, cultura e política contemporânea.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2013.

SILVA, Jailson de Souza; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinicius. **O Novo Carioca.** Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012

SZANIECKI, Barbara. e SILVA, Gerardo. **Rio: dois projetos para uma cidade do conhecimento.** Overmundo, 5 out. 2010. Disponível em: <http://www.overmundo.com.br/overblog/rio-dois-projetos-para-uma-cidade-do-conhecimento> Acesso em: 09 mar. 2014

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: O Brasil de Baixo para Cima.** São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2009.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida.** São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

YÚDICE, George. **A conveniência da cultura: usos da cultura na era global.** Belo

Horizonte: Editora UFMG, 2013.